



“NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS”: AUDIÊNCIA DA CAS, TDAH E OS LIMITES DA MEDICALIZAÇÃO.

SILVA, Maria Cicera dos Santos¹
 SANTOS, Wilma Euclides dos²
 BARROS NETO, Petrônio Walquirio de³
 FIGUEIREDO, Pedro Paulo Viana⁴
 PEREIRA FILHO, Adalberto Duarte⁵

Grupo de Trabalho (GT): GT 9 – Educação Especial e Inclusão de Pessoas com Deficiência.

RESUMO

Este estudo em andamento é um recorte da pesquisa do programa institucional de bolsas de iniciação científica (PIBIC 2024-2025) que investiga o fenômeno da medicalização da infância a partir da análise da audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal, discutindo o aumento de diagnósticos de TDAH e o uso de psicofármacos. O estudo, de caráter qualitativo e bibliográfico, investiga como a lógica medicalizante e reducionista tem transformado a escola em um espaço de rotulação, em detrimento da função pedagógica e inclusiva. A análise evidencia a crítica à patologização da vida e a defesa de alternativas não medicalizantes, valorizando a diversidade, o brincar e o papel da escola como promotora do desenvolvimento. O estudo ainda em andamento aponta que a luta contra a medicalização exige uma mudança cultural e política e dos diversos campos de formação profissionais da saúde, reafirmando o direito à educação e à singularidade de cada criança, e que o brincar seria o antídoto ao modelo patologizante.

Palavras-chave: Medicalização. TDAH. Educação. Inclusão. Brincar.

INTRODUÇÃO

A medicalização da infância e da adolescência emerge como um dos debates mais significativos na interseção entre saúde pública e educação. Nos últimos anos, observa-se um aumento substancial nos diagnósticos de transtornos como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), frequentemente acompanhado pelo uso indiscriminado de psicofármacos, especialmente o metilfenidato. Esse fenômeno suscita preocupações no campo educacional e psicológico, pois processos de desenvolvimento e aprendizagem, de natureza complexa e multifatorial, vêm sendo reduzidos a explicações de ordem exclusivamente biológica.

A audiência pública “Ao vivo: da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal debate o uso indiscriminado de medicamentos para TDAH” (27/11/2023), realizada no Senado Federal e transmitida pela TV Senado, trouxe contribuições

¹ Universidade Federal de Alagoas - maria.silva4@Cedu.ufal.br

² Universidade Federal de Alagoas - wilma.santos@cedu.ufal.br

³ Universidade Federal de Alagoas - petronio.neto@cedu.ufal.br

⁴ Universidade Federal de Alagoas - pedro.figueiredo@cedu.ufal.br

⁵ Universidade Federal de Alagoas - adalberto.filho@cedu.ufal.br





significativas para esse debate. Destacou-se a fala da Dra. Izabel Augusta Hazin Pires, representante do Conselho Federal de Psicologia, que questionou a lógica reducionista da medicalização e denunciou a transformação da escola em um espaço de diagnóstico e rotulação, em detrimento de sua função pedagógica e inclusiva.

Este relato de pesquisa em andamento, desenvolvido no âmbito do projeto “O brincar como dispositivo para a desmedicalização no processo de inclusão”, tem como foco central a análise crítica da medicalização da infância e suas implicações no contexto escolar. O recorte aqui abordado corresponde à análise e discussão de um trecho da referida audiência pública, fundamentada por meio de revisão bibliográfica. A partir desse material, problematiza-se o crescimento dos diagnósticos de TDAH e o uso indiscriminado de psicofármacos, refletindo sobre como esses fenômenos contribuem para a transformação da escola em um espaço de rotulação, em detrimento de sua função educativa e criativa.

Ao longo do trabalho, serão discutidos conceitos-chave, como patologização da vida, medicalização e inclusão perversa; analisadas falas relevantes da audiência; e apresentadas alternativas não medicalizantes, com destaque para a valorização do brincar, da diversidade e da atuação multiprofissional como caminhos de desmedicalização e promoção do direito ao bem viver.

OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo geral investigar como a medicalização incide sobre a função pedagógica da escola e sobre a garantia de direitos, discutindo sua relação com dispositivos de normalização e com práticas de exclusão disfarçadas de inclusão.

Como objetivos específicos, pretende-se:

- Discutir o papel da escola na produção de rótulos e diagnósticos que reforçam a exclusão de alunos;
- Evidenciar a importância de práticas educativas não medicalizantes, com destaque para o brincar como ferramenta de inclusão;





- Analisar criticamente o fenômeno da medicalização da infância, a partir da fala da Dra. Izabel Augusta Hazin Pires na audiência pública “CAS debate o uso indiscriminado de medicamentos para TDAH” (27/11/2023), destacando as implicações desse processo no contexto escolar e social.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fala da Dra. Izabel na audiência pública sobre o uso indiscriminado de medicamentos para TDAH ressoa com a literatura acadêmica, oferecendo uma crítica profunda sobre a medicalização da infância. Ela ressalta que o excesso de diagnósticos de TDAH e o uso de metilfenidato são problemas de saúde pública e de urgência social. Essa questão se insere em uma lógica individualizante que responsabiliza a criança por dificuldades que são, muitas vezes, de ordem social.

A visão da Dra. Izabel sobre a patologização da vida, que transforma a escola em um "locus de diagnóstico e rotulação", dialoga com as reflexões de Michel Foucault (2006). Em sua obra *O Poder Psiquiátrico*, Foucault (2006) explica como a psiquiatria moderna estabeleceu um dispositivo de normalização que categoriza, rotula e disciplina os indivíduos, naturalizando desigualdades e silenciando a diversidade. A escola, ao adotar a lógica medicalizante, reproduz esse dispositivo, agindo como um mecanismo de controle social que transforma as diferenças em desvios a serem corrigidos. Legitima a exclusão institucional, transfere para o indivíduo a responsabilidade por problemas coletivos e reforça o paradigma produtivista que exige crianças "eficientes" e "ajustadas" às normas.

Pesquisas recentes criticam a "inclusão perversa", em que o acesso à escola é condicionado à apresentação de diagnósticos médicos. Como destacam Queiroz da Silva (2020) e Labes da Silva (2020), o diagnóstico, longe de garantir práticas de inclusão autêntica, muitas vezes funciona como um mecanismo de exclusão, legitimando a segregação escolar sob o pretexto de reconhecimento da diferença. Nessa mesma direção, Almeida (2022) e Gonçalves (2022) apontam que o excesso de laudos transforma alunos em "casos clínicos", esvaziando suas potencialidades educativas e humanas. Assim, o espaço escolar, que deveria ser um ambiente de criação e





aprendizagem, converte-se em um locus de rotulação, como enfatizou a própria Dra. Izabel em sua intervenção.

Diante da medicalização, a Dra. Izabel defende alternativas não medicalizantes, como práticas educativas que valorizam o brincar e a diversidade. Essa visão se alinha com a proposta de Ainscow (2009 apud Cardoso, 2023), que sugere que a inclusão é um processo contínuo, baseado na colaboração entre a escola comum e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), na formação de professores e em práticas pedagógicas criativas. Nessa mesma direção, a menção a Vigotski em sua fala é igualmente significativa, pois remete à ideia de que a deficiência não reside na criança, mas nas barreiras impostas pelo meio social, e que o desenvolvimento depende da criação de condições pedagógicas e culturais favoráveis

A luta contra a medicalização da infância, como a Dra. Izabel aponta que não se restringe à esfera da saúde, mas perpassa o campo educativo, exigindo mudanças culturais, políticas e pedagógicas. Ao articular as ideias de Foucault e Vigotski com os debates atuais, fica claro que a medicalização escolar é uma expressão de um sistema que normaliza os sujeitos. Superar esse processo requer um compromisso com a diversidade, reconhecendo que a inclusão deve ser um direito efetivo, e não uma concessão.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico e documental. O estudo baseia-se na análise fílmica e crítica da fala da Dra. Izabel Augusta Hazin Pires, representante do Conselho Federal de Psicologia, durante audiência pública realizada no Senado Federal (27/11/2023), articulando esse material com referenciais teóricos que discutem a medicalização, inclusão e o brincar.

Não houve envolvimento direto de sujeitos de pesquisa, mas sim análise de fontes secundárias (audiência pública, teses, dissertações e livros), respeitando os princípios éticos da pesquisa acadêmica, especialmente no que diz respeito ao uso de citações e referências.



RESULTADOS

A análise do trecho da audiência pública “CAS debate o uso indiscriminado de medicamentos para TDAH” (27/11/2023), apresentada pela Dra. Izabel Augusta Hazin Pires, permitiu alcançar os objetivos propostos, evidenciando os impactos da medicalização no contexto escolar e social.

Inicialmente, identificou-se que a medicalização escolar fragiliza o papel da escola como espaço de desenvolvimento e criatividade, o que pode transformar a escola em um lócus de diagnóstico e rotulação. A própria Dra. Izabel alerta que “o processo de patologização da vida tem levado a escola a mudar sua configuração: a escola que deveria ser um espaço de desenvolvimento e aprendizagem tem se tornado, em muitos casos, um lócus de diagnóstico e rotulação, roubando-lhe seu principal objetivo” (PIRES, 2023, 00:26:47). Essa constatação conecta-se ao objetivo de discutir como a lógica do diagnóstico escolar reforça processos de exclusão.

A constatação de que o uso indiscriminado do metilfenidato (Ritalina), muitas vezes sem diagnóstico rigoroso, reflete uma lógica biologizante e reducionista. Como destacou a Dra. Isabel: “nós vivemos uma época na qual as questões individuais vêm substituindo as reflexões sociais, e muitas vezes o fracasso escolar é explicado exclusivamente pela condição da criança” (PIRES, 2023, 00:19:53). Esse aspecto responde ao objetivo de problematizar a medicalização como prática que desconsidera fatores sociais, pedagógicos e culturais, deslocando responsabilidades estruturais para o corpo da criança.

Os resultados também revelaram a necessidade de compreender a deficiência como fenômeno social, quando a Dra. Isabel afirma que “a deficiência está nas barreiras que nós construímos” (PIRES, 2023, 00:20:32). Esse ponto reforça o objetivo de dialogar com referenciais teóricos que defendem a superação de uma perspectiva biomédica em favor de um paradigma sociointeracionista.

Outro destaque foi a denúncia sobre os efeitos adversos do uso de psicofármacos, como ansiedade, dependência e riscos cardiovasculares, resultado da ausência de acompanhamento multiprofissional (PIRES, 2023, 00:25:43 – 00:26:14). Tal crítica está





alinhada ao objetivo de evidenciar o fenômeno do *disease mongering* (AFLALO, 2014), mostrando como a indústria farmacêutica influencia na ampliação de diagnósticos e no consumo de medicamentos.

Por fim, o debate reforçou alternativas não medicalizantes e a necessidade da escuta das crianças e adolescentes, alinhada ao lema “Nada sobre nós, sem nós” (PIRES, 2023, 00:18:22). Esse ponto conecta-se ao objetivo de valorizar o brincar e práticas educativas inclusivas, conforme reforçam Barboza (2019) e Pereira (2019), ao defenderem o brincar como linguagem própria da infância e ferramenta de inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, fundamentado na análise da fala da Dra. Izabel Augusta Hazin Pires e em um robusto referencial teórico, demonstra que a medicalização da infância e da adolescência não é apenas um problema de saúde, mas uma questão política e pedagógica. O aumento de diagnósticos de TDAH e o uso indiscriminado de psicofármacos, como o metilfenidato, evidenciam uma tendência preocupante de patologização da vida, que transfere para a criança a responsabilidade por dificuldades que, muitas vezes, são de ordem social, cultural e educacional.

Ao transformar a escola em um "locus de diagnóstico e rotulação", como alertado pela Dra. Izabel, o sistema educacional se distancia de sua função principal: promover o desenvolvimento, a aprendizagem e a criatividade. A crítica à "inclusão perversa", onde o diagnóstico médico se torna um requisito para o acesso, legitima a segregação e esvazia a potencialidade de alunos, reforçando um modelo de exclusão mascarado de aceitação. Diante desse cenário, fica evidente a urgência de repensar as práticas educativas. O trabalho defende que a superação da lógica medicalizante requer uma mudança de paradigma, valorizando a diversidade, o brincar e a escuta ativa das crianças e adolescentes. A inclusão efetiva, conforme proposto por Vigotski, não se resume a integrar o indivíduo ao sistema, mas a transformar o próprio sistema para que ele se torne acessível a todos, reconhecendo que a "deficiência está nas barreiras que nós construímos".





O estudo aponta para a necessidade de um compromisso com o direito à educação, ao bem-viver e ao respeito à singularidade de cada criança. Mais do que medicar as diferenças, é preciso criar ambientes acolhedores e inclusivos, onde o brincar e a criatividade sejam valorizados. Somente assim a escola poderá recuperar sua função de espaço de desenvolvimento e de garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

AFLALO, A. Autismo: novos espectros, novos mercados. Pretrópolis – RJ: KBR, 2014.

ALMEIDA, Tarcísio Mendel. **Gestão escolar e seus impactos na educação inclusiva.** 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém.

BARBOZA, Adriana Maria Ramos. **O brincar da criança com deficiência física em processo de inclusão na educação infantil.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação). Disponível em: <https://sucupira-legado.capes.gov.br/....>

CARDOSO, Carla Carvalho. **Trabalho colaborativo entre o AEE e escola comum: caminho possível para o processo de inclusão do estudante autista.** 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

FOUCAULT, Michel. **O Poder Psiquiátrico.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GONÇALVES, Maria Rozineti. **Diagnósticos de deficiências e transtornos na educação infantil: dispositivos a serviço do quê?** 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <https://sucupira-legado.capes.gov.br/....>

PEREIRA, Adriana Alonso. **Atitudes sociais de professores da educação infantil sobre a inclusão e suas concepções sobre o brincar de crianças com Síndrome de Down.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11240fac-2eb7-4642-bc03-582fd57aa293>.

SILVA, H. M. F. Q. da. **Inclusão de uma criança com transtorno do espectro autista (TEA) na escola regular: interlocução entre a escola e a clínica.** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SILVA, Karina Labes da. **Práticas escolares e constituição dos sujeitos a partir do diagnóstico de transtorno e déficit de atenção e hiperatividade.** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba.

TV SENADO. **Ao vivo: CAS debate o uso indiscriminado de medicamentos para TDAH – 27/11/23.** YouTube, 27 nov. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VQ-SGSanmS4&t=1333s> . Acesso em: 20 ago. 2025.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Fundamentos de defectologia.** Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

